



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –
Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981
E-mail: conade@mdh.gov.br

Ata da 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)
Data: 18/02/2021

1 Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um realizou-se 3ª Reunião Extraordinária
2 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a Coordenação do
3 Conselheiro Titular Marco Antonio Castilho Carneiro, Presidente do CONADE e Representante da
4 Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI). Estiveram presentes os
5 seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes: Conselheiro Suplente Heitor Zanini, Representante
6 da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira
7 Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo
8 (ABRA); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais,
9 Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade
10 (APABB); Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de
11 Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade
12 (APABB); Conselheira Suplente Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, Representante da Associação
13 Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com
14 Deficiência (AMPID); Conselheiro Titular Isaias Dias, Representante da Central Única dos
15 Trabalhadores (CUT); Conselheiro Titular Moisés Bauer Luiz, Representante da Confederação
16 Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Suplente Fernando César
17 Thiago de Mello, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e
18 Turismo (CNC); Conselheiro Titular Ernando Alves de Carvalho, Representante do Conselho
19 Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Antonio Carlos Sestaro,
20 Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD);

21 Conselheiro Suplente João Adilberto Pereira Xavier, Representante da Federação das Associações
22 de Renais e Transplantados do Brasil (FARBRA); Conselheiro Suplente Erivaldo Fernandes Neto,
23 Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheiro Titular Marco
24 Antonio Castilho Carneiro, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi
25 (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da
26 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira Suplente Gisele
27 de Souza Cruz da Costa, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro
28 Titular Sérgio Diego de França, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil
29 (ONCB); Conselheiro Suplente Décio Gomes Santiago, Representante da Organização Nacional de
30 Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheiro Titular Robson Crepaldi, Representante
31 da Casa Civil (CC); Conselheiro Suplente Marco André de Oliveira Pedro Garbelotti, Representante
32 da Casa Civil (CC); Conselheira Suplente Isabela Oliveira Pereira, Representante do Ministério do
33 Desenvolvimento Regional (MDR); Conselheiro Titular Felipe Silva Belluci, Representante do
34 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Conselheiro Titular Valdenor Oliveira da
35 Silva, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/BA);
36 Conselheiro Titular Josewilson Batista de Souza, Representante do Conselho Municipal da Pessoa
37 com Deficiência – Juazeiro/BA; Conselheira Suplente Giselle Dupin, Representante da Secretaria
38 Especial de Cultura do Ministério do Turismo (SEC/MTur); Conselheira Titular Patricia Neves
39 Raposo, Representante da Secretária de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania
40 (SEDS/MC); Conselheiro Suplente Renato Moura Cavalcanti da Silva, Representante da Secretária
41 Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania (SEDS/MC); Conselheira Titular
42 Nídia Regina Limeira de Sá, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheiro Titular
43 Claudio Luiz Pinheiro da Silva, Representante da Secretaria de Esporte do Ministério da Cidadania
44 (SE/MC); Conselheiro Titular José Naum de Mesquita Chagas, Representante da Secretaria
45 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos
46 Direitos Humanos (SNDPD/MMFDH); Conselheiro Suplente Paulo Roberto Amaral Vieira,
47 Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da
48 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNDPD/MMFDH); Conselheira Titular Adriana
49 Rodrigues Martins, Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Conselheiro
50 Titular Angelo Roberto Gonçalves, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheira
51 Suplente Reislá Josyane de Araújo Costa de Moura Dias, Representante da Secretaria de

52 Previdência do Ministério da Economia (SPrev/ME); Conselheira Suplente Ana Kathya Silva
53 Henriques, Representante da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da
54 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH); Conselheira Suplente Andrea
55 Oliveira do Nascimento, Representante da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia
56 (STb/ME); Conselheiro Titular Ênio Soares Dias, Representante do Ministério da Infraestrutura
57 (MINFRA); Conselheiro Suplente Rodrigo Moreles Canez, Representante do Ministério do
58 Turismo (MTur). Ausências Justificadas: Conselheira Titular Lucimar Batista da Costa,
59 Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN);
60 Conselheira Titular Carmem Lúcia Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de
61 Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheira Suplente Gisele de Souza Cruz da Costa
62 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – tarde; Conselheiro Titular Jeferson
63 Furlan Nazário, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e
64 Turismo (CNC). A reunião contou também com a presença da Sra. Izana Aparecida Barbosa
65 Figueira, Coordenadora-Geral do CONADE, e da Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes,
66 Diretora do Departamento de Gestão e Relações Institucionais – SNDPD/MMFDH e Secretária-
67 Executiva do CONADE. **ABERTURA:** O Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro,
68 Presidente do CONADE e Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi
69 (FENAPESTALOZZI), iniciou a reunião cumprimentando a todos após a verificação do quórum e
70 informou que a pauta e a ordem do dia estão compostos pelos seguintes itens: 09h - Abertura da
71 Sala; 09h10 – Instalação do Plenário Virtual; 09h15 - Leitura e Aprovação da Ordem dos
72 Trabalhos; 09h30 – Eleição da Vice-Presidência do CONADE; 10h30 – Recomposição das
73 Comissões Permanentes e da Comissão da V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com
74 Deficiência; 11h – Indicação de representantes para a Câmara de Saúde Suplementar – Biênio
75 2021/2022; 11h15 – V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 12h30 –
76 Pausa para o almoço; 14h – Reinício dos Trabalhos; 14h15 – Posicionamento do CONADE quanto
77 à continuidade das reuniões virtuais; 15h – Apreciação do calendário de reuniões 2021; 15h30 –
78 Relato preliminar dos trabalhos da Comissão Temática do Passe Livre Federal; 16h30 –
79 Apresentação dos resultados da consultoria sobre o Fórum de Políticas Públicas para Pessoas com
80 Deficiência; 17h – Encerramento. Colocando a pauta para apreciação, o Conselheiro Antonio Carlos
81 Sestaro, Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD),
82 sugeriu que fosse realizado o debate sobre o Decreto nº 10.177/2019 ao invés da recomposição das

83 comissões permanentes e destacou a sua insatisfação pela exclusão da Comissão de Atos
84 Normativos, questionando se não estão mais recebendo denúncias de violação dos direitos das
85 pessoas com deficiência. Acrescentou que também gostaria que fosse debatido sobre a Portaria nº
86 457/2021, que instituiu o Grupo de Trabalho para realização de Análise Ex Ante da Política
87 Nacional de Direitos Humanos, já que a sociedade civil não faz parte desse grupo de trabalho. O
88 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro observou que haverá um grande prejuízo, inclusive,
89 para a atuação da Presidência Ampliada se não houver a recomposição das comissões.
90 Compreendeu que é importante continuar as discussões sobre o Decreto nº 10.177/2019,
91 informando que foi realizada uma reunião ontem, no período da tarde, justamente para tratar desse
92 decreto. Diante essa consideração, indagou sobre a possibilidade de manter o item e inserir o debate
93 do decreto para expor as informações dessa reunião, para que sejam tomadas as decisões
94 necessárias. O Conselheiro Antonio Carlos Sestaro postulou que a explanação do presidente seria
95 mais uma razão para aguardar essa alteração para que posteriormente as comissões fossem
96 recompostas. O Conselheiro Sérgio Diego de França, Representante da Organização Nacional de
97 Cegos do Brasil (ONCB), postulou que os conselheiros precisam compreender que as comissões
98 promovem o funcionamento desse Colegiado, sendo que o CONADE tem enfrentando alguns
99 prejuízos diante essa não recomposição. O Conselheiro Isaias Dias, Representante da Central Única
100 dos Trabalhadores (CUT), concordou que a discussão sobre o Decreto nº 10.177/2019 deve ser
101 realizada antes da recomposição das comissões, salientando que o maior prejuízo ao CONADE é a
102 perda da sua característica de conselho que valoriza a sociedade civil. O Conselheiro José Naum de
103 Mesquita Chagas, Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
104 (MMFDH/SNDPD), entendeu que devem manter a pauta, visto que o governo garantiu que não se
105 furtará do diálogo sobre o melhor encaminhamento juntamente ao CONADE. Afirmou que não
106 podem impedir que o Conselho funcione adequadamente durante esse período de discussão. O
107 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro comunicou que a Presidência Ampliada realizou essa
108 reunião com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) para discutir
109 sobre o decreto e outras temáticas, explanando que a CONJUR/MMFDH sinalizou a possibilidade
110 do CONADE apresentar uma minuta de alteração do Decreto nº 10.177/2019 na perspectiva de
111 atender as suas demandas, principalmente, a questão da Comissão de Atos Normativos. Explanou
112 que há sinalização de criar uma nova comissão para desempenhar a função já exercida de análise de
113 legislações e de matérias relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência para ir de encontro

114 ao Inciso X desse decreto, mas não com o mesmo nome. Acrescentou que, nessa reunião, também
115 foi pactuado sobre a quantidade de membros nas comissões. Discorreu que o Conselheiro Sérgio
116 Diego de França ficou responsável pela análise do Decreto nº 10.177/2019 e da minuta anterior
117 encaminhada, porém, a Presidência Ampliada decidiu, pela manhã, remeter essa matéria para a
118 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos com a possibilidade de participação dos antigos
119 membros da Comissão de Atos Normativos, para que pudessem apresentar uma nova minuta de
120 decreto para alterar o Decreto nº 10.177/2019, para apreciação na reunião de março/2021. Diante a
121 manifestação, questionou aos conselheiros novamente sobre a possibilidade de manter a
122 recomposição das comissões. A Conselheira Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, Representante da
123 Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e
124 Pessoa com Deficiência (AMPID), destacou que a AMPID sempre contribuiu com o CONADE e
125 não pode ser aleijada dele sem que haja uma discussão para encontrar uma solução e entendeu que
126 recompor as comissões é ratificar o decreto, afirmando que é favorável pela retirada do item de
127 pauta. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Diretora do Departamento de Gestão e
128 Relações Institucionais – SNDDP/MMFDH e Secretária-Executiva do CONADE, informou que a
129 orientação do MMFDH é incluir a minuta com as alterações propostas pelo Conselho no Decreto nº
130 10.177/2019 no processo existente, alertando que o processo de tramitação não será rápido. Feitas
131 todas as manifestações, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro colocou em votação a
132 manutenção do item que trata da recomposição das comissões permanentes na pauta, sendo
133 aprovada com 22 votos favoráveis (Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Moisés Bauer Luiz, Ernando
134 Alves de Carvalho, João Adilberto Pereira Xavier, Marco Antonio Castilho Carneiro, Magno Prado
135 Gama Prates, Sérgio Diego de França, Décio Gomes Santiago, Robson Crepaldi, Isabela Oliveira
136 Pereira, Felipe Silva Belluci, Valdenor Oliveira da Silva, Giselle Dupin, Renato Moura Cavalcanti
137 da Silva, Nídia Regina Limeira de Sá, Claudio Luiz Pinheiro da Silva, José Naum de Mesquita
138 Chagas, Adriana Rodrigues Martins, Angelo Roberto Gonçalves, Reislá Josyane de Araújo Costa de
139 Moura Dias, Ana Kathya Silva Henriques, Andrea Oliveira do Nascimento, Ênio Soares Dias,
140 Rodrigo Moreles Canez) e sete votos contrários (Roberto Paulo do Vale Tiné, Isaías Dias, Marlúcia
141 Gomes Evaristo Almeida, Antonio Carlos Sestaro, Gisele de Souza Cruz da Costa, Josewilson
142 Batista de Souza). Questionou se haveria algum conselheiro contrário à inclusão da discussão do
143 Decreto nº 10.177/2019 e do informe sobre a Portaria nº 457/2021 e não havendo, considerou
144 aprovada a pauta e a ordem do dia. Seguindo para a eleição da Vice-Presidência do CONADE,

145 explanou que a função de vice-presidência encontra-se em vacância com a exoneração do Sr. Felipe
146 Costa Trigueiro, que representava a SNDPD. Citou o art. 4º do Decreto nº 10.177/2019, que recriou
147 o CONADE e questionou aos conselheiros governamentais se possui algum representante que se
148 colocará como candidato à vice-presidência. O Conselheiro João Adilberto Pereira Xavier,
149 Representante da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (FARBRA),
150 ponderou que seria salutar manter a estratégia de que a vice-presidência seja da SNDPD quando a
151 sociedade civil exerce a presidência, tendo em vista que traz agilidade nas demandas do Conselho.
152 Havendo apenas a candidatura do Conselheiro Valdenor Oliveira da Silva e da Conselheira Patricia
153 Neves Raposo, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro abriu o momento para a defesa dos
154 candidatos. Feitas as defesas pelos conselheiros, realizou o processo de votação, sendo eleita como
155 Vice-Presidente do CONADE a Conselheira Patrícia Neves Raposo com 24 votos (Maria do Carmo
156 Tourinho Ribeiro, Moisés Bauer Luiz, Fernando César Thiago de Mello, Ernando Alves de
157 Carvalho, Erivaldo Fernandes Neto, Marco Antonio Castilho Carneiro, Magno Prado Gama Prates,
158 Décio Gomes Santiago, Robson Crepaldi, Marco André de Oliveira Pedro Garbelotti, Isabela
159 Oliveira Pereira, Felipe Silva Belluci, Giselle Dupin, Patrícia Neves Raposo, Nídia Regina Limeira
160 de Sá, José Naum de Mesquita Chagas, Adriana Rodrigues Martins, Angelo Roberto Gonçalves,
161 Reisla Josyane de Araújo Costa de Moura Dias, Ana Kathya Silva Henriques, Andrea Oliveira do
162 Nascimento, Ênio Soares Dias, Rodrigo Moreles Canez), visto que o Conselheiro Valdenor Oliveira
163 da Silva teve oito votos (Roberto Paulo do Vale Tiné, Isaías Dias, Marlúcia Gomes Evaristo
164 Almeida, Antonio Carlos Sestaro, Gisele de Souza Cruz da Costa, Josewilson Batista de Souza,
165 João Adilberto Pereira Xavier, Sérgio Diego de França, Valdenor Oliveira da Silva). Prosseguindo à
166 recomposição das comissões permanentes e da Comissão da V Conferência Nacional dos Direitos
167 da Pessoa com Deficiência, observou que alguns conselheiros ficarão fora da composição das
168 comissões considerando a alteração do número de membros. Elencou as comissões existentes e
169 discorreu que devem ser compostas paritariamente com até seis membros, passando a palavra a Sra.
170 Izana Aparecida Barbosa Figueira, Coordenadora-Geral do CONADE, para apresentar a
171 composição das comissões. Feita essa apresentação, a Conselheira Marlúcia Gomes Evaristo
172 Almeida registrou a AMPID absterá desse processo de escolha devido a não realização do debate do
173 Decreto nº 10.177/20219. Realizadas todas as adequações necessárias, as comissões foram
174 compostas pelos/as seguintes conselheiros/as titulares e suplentes: 1. Comissão de Políticas Públicas
175 (CPP): Maria do Carmo Tourinho Ribeiro e Telma Maria Viga de Albuquerque (ABRA), Magno

176 Prado Gama Prates e Pablo Tavares Schwelm (FENES), Carmem Lúcia Lopes Fogaça e Décio
177 Gomes Santiago (ONEDEF), Patrícia Neves Raposo e Renato Moura Cavalcanti da Silva
178 (SEDS/MC); Orion Sávio Santos de Oliveira e Reisla Josyane de Araújo Costa de Moura Dias
179 (SPrev/MC), Teresinha de Almeida Ramos Neves e Ana Kathya Silva Henriques
180 (SNPM/MMFDH). Absteve-se do processo de votação: AMPID; 2. Comissão de Orçamento e
181 Finanças Públicas (COF): Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira e Heitor Zanini
182 (AFAG), Moisés Bauer Luiz e Carlos Eduardo Ferrari (CBDV), Lucimar Batista da Costa e
183 Francisco Faustino Pinto (MORHAN), Claudio Luiz Pinheiro da Silva e Marcelo Rodrigo Ferreira
184 Jesus (SEE/MC), Hugo Medeiros Gallo da Silva e Jairo Cezar de Carvalho Junior (MJSP), Ênio
185 Soares Dias e Everaldo Valenga Alves (MINFRA). Abstiveram-se do processo de votação: FBASD,
186 AMPID e CUT; 3. Comissão de Articulação de Conselheiros (CAC): Isaías Dias e Daiane
187 Mantoanelli (CUT); Adinilson Marins dos Santos e Erivaldo Fernandes Neto (FENAPAEs); Sérgio
188 Diego de França e Antônio Muniz da Silva (ONCB), Josewilson Batista de Souza e Jairton Fabeni
189 Domingos (CMPD – Juazeiro/BA), Valdenor Oliveira da Silva e Carlos de Souza Maciel
190 (COEDE/BA), Felipe Silva Bellucci e Gianine Portélla Parizotto (MCTI). Absteve-se do processo
191 de votação: AMPID; 4. Comissão de Comunicação Social (CCS): Roberto Paulo da Vale Tiné e
192 Francisco Djalma de Oliveira (APABB), Jeferson Furlan Nazário e Fernando César Thiago de
193 Mello (CNC), Olga Gonçalves Faria e João Adilberto Pereira Xavier (FARBRA), Carolina Baima
194 Cavalcanti e Isabela Oliveira Pereira (MDR), Sandra Cipriano Chaves e Giselle Dupin
195 (SEC/MTur), Carolina Favero de Souza e Rodrigo Moreles Canez (Mtur). Absteve-se do processo
196 de votação: AMPID; 5. Comissão de Monitoramento e Acompanhamento da Convenção dos
197 Direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão (CMCLBI): Antonio Carlos
198 Sestaro e Ana Cláudia Mendes de Figueiredo (FBASD), Gonzalo de Alencar Lopes e Gisele de
199 Souza Cruz da Costa (OAB), Marco Antonio Castilho Carneiro e Carlos Henrique Viana
200 (FENAPESTALOZZI), Robson Crepaldi e Marco André de Oliveira Pedro Garbelotti (CC), José
201 Naum de Mesquita Chagas e Paulo Roberto Amaral Vieira (SNDPD/MMFDH), Nídia Regina
202 Limeira de Sá e Crisiane Nunes Bez Batti (MEC). Absteve-se do processo de votação: AMPID. O
203 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro lembrou que as comissões precisam definir os seus
204 coordenadores, informando que serão realizadas reuniões virtuais sob a coordenação da Sra. Izana
205 Aparecida Barbosa Figueira para essa definição. Seguindo para a recomposição da Comissão da V
206 Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Conselheiro Moisés Bauer Luiz,

207 Representante da Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDV), ponderou
208 que essa comissão é composta pela Presidência Ampliada e alguns representantes indicados pela
209 plenária do CONADE, entendendo que seria mais adequado aguardar a eleição das coordenações das
210 comissões. O Conselheiro Sérgio Diego de França lembrou que o critério utilizado para escolha dos
211 membros foi o coordenador de cada comissão e outro membro considerando a paridade. O
212 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro acolheu o entendimento do Conselheiro Moisés Bauer
213 Luiz, sugerindo suspender essa recomposição e transferi-la para a reunião de março/2021 quando
214 houver a definição dos coordenadores das comissões, o que foi aprovado. Passando à indicação de
215 representantes para a Câmara de Saúde Suplementar – Biênio 2021/2022, o Presidente Marco
216 Antonio Castilho Carneiro lembrou que essa Câmara não permite nova indicação de representante
217 que já a compôs no biênio anterior e solicitou que a Sra. Izana Aparecida Barbosa Figueira
218 apresentasse quais são os atuais representantes do CONADE na referida Câmara que não poderão
219 representar novamente o Conselho. Lembrou que poderão compor essa Câmara apenas os
220 representantes da sociedade civil. Apresentadas as representações atuais do CONADE na Câmara,
221 foi exposto rapidamente sobre o seu escopo para conhecimento dos conselheiros que se
222 candidatarão. Manifestaram interesse e foram indicados à Câmara de Saúde Suplementar – Biênio
223 2021/2022 os seguintes representantes da sociedade civil: Conselheiro Sérgio Diego de França pela
224 ONCB (titular), Conselheiro Ernando Alves de Carvalho pelo CONFEA (titular), Conselheiro
225 Maria do Carmo Tourinho Ribeiro pela ABRA (suplente) e o Conselheiro João Adilberto Pereira
226 Xavier pela FARBRA (suplente). Prosseguindo para a V Conferência Nacional dos Direitos da
227 Pessoa com Deficiência, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro explicou que a ideia é
228 recepcionar as informações do MMFDH, sendo que está sugerindo pautar esse tema como principal
229 da próxima reunião. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes informou que o MMFDH não
230 possui recursos até o momento para realizar uma conferência nacional presencial, explicando que
231 existe apenas um PRODOC para realização da parte metodológica e de relatoria. Lembrou que
232 havia uma emenda da Comissão da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados no valor de
233 R\$ 3.000.000,00, a qual foi direcionada ao Cadastro Inclusão. Salientou que ainda não houve a
234 manifestação de parlamentar ou comissão no sentido de destinar recursos para a realização da V
235 Conferência, todavia, o posicionamento do Ministério é pela sua realização em 2021 em formato
236 virtual. Antes de abrir para manifestações, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro informou
237 que, na reunião da Presidência Ampliada com a SINDPD, alegou como uma dificuldade o processo

238 conferencial nos estados e municípios mesmo havendo o interesse do Ministério em realizar a
239 conferência em formato virtual. Questionou se modelo proporcionaria a participação ampla das
240 pessoas com deficiência, destacando a necessidade de ouvir essas pessoas. O Conselheiro Sérgio
241 Diego de França indagou se essa proposta já foi formalizada ao CONADE através de algum
242 documento e sendo esclarecido que esse documento poderá ser providenciado, sugeriu que o tema
243 fosse trabalhado no âmbito da Comissão Organizadora e fazer uma reunião de escuta e alinhamento
244 com os conselhos estaduais a fim de que seja definido um encaminhamento para apreciação do
245 pleno. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz compartilhou de todas as preocupações colocadas e
246 registrou o seu descontentamento pela falta de sinalização de emendas parlamentares, visto que o
247 MMFDH e a SNDPD tem um compromisso moral com esse Conselho de dedicar todos os esforços
248 necessários para conseguir destinar o mesmo recurso que o CONADE concordou em ser
249 redirecionado por questões práticas orçamentárias. Percebeu que haverá muita dificuldade na
250 participação efetiva das pessoas com deficiência, especialmente, daquelas que mais precisam
251 manifestar-se. Concordou que é fundamental que os conselhos estaduais sejam ouvidos e criticou a
252 falta de implementação das deliberações das conferências anteriores, entendendo que poderiam
253 pensar em mecanismos para efetivar essa questão. O Conselheiro Francisco Djalma de Oliveira,
254 Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do
255 Branco do Brasil e da Comunidade (APABB), ponderou que uma conferência virtual perde o
256 natural envolvimento dos movimentos das pessoas com deficiência e sugeriu que fosse organizado
257 um encontro nacional com os conselhos estaduais e municipais pelo CONADE de atualização e
258 mobilização do segmento ao invés de uma conferência nacional, que seria realizada
259 presencialmente assim que houvesse as condições necessárias. O Conselheiro Valdenor Oliveira da
260 Silva, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/BA),
261 lembrou que a maior parte dos conselhos estaduais havia concordado com a sugestão do presidente
262 na reunião do Fórum de Conselhos Estaduais de realizar o processo conferencial em três partes,
263 sendo as municipais no segundo semestre de 2021, as estaduais no primeiro semestre de 2022 e a
264 Conferência Nacional em maio de 2022. Arrazoou que o COEDE/BA estava discutindo a
265 possibilidade de realizar a sua conferência virtual, entretanto, ainda não encontraram uma solução
266 para resolver os problemas de comunicação, especialmente, nos pequenos municípios e concordou
267 que a pauta deve ser levada para discussão dos conselhos estaduais. O Presidente Marco Antonio
268 Castilho Carneiro explanou que foi realizado apenas um diálogo com os conselhos estaduais, visto

269 que não existia nenhuma proposta consolidada. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes
270 esclareceu que a SNDPD realizou toda incidência possível para obter recursos através de emendas
271 para execução da Conferência Nacional, porém, ilustrou que é necessário refletir que acontecerá a
272 mesma situação de 2020 se conseguirem o recurso e esse não puder ser utilizado até o final do
273 exercício. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro alegou que o próximo passo será a
274 realização de reunião com a Comissão Organizadora e, em seguida, com os conselhos estaduais,
275 para que possam rediscutir todo o processo conferencial juntamente com o MMFDH. Compreendeu
276 que seria interessante que as contribuições fossem encaminhadas até a próxima reunião, para que
277 possam apreciá-las junto a Comissão Organizadora e aos conselhos estaduais. O Conselheiro
278 Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos
279 Surdos (FENEIS), discorreu que um dos maiores problemas de realizar a conferência nacional por
280 meio de videoconferência é a falta de acesso a tecnologias assistidas pelas pessoas com deficiência,
281 afirmando que não concorda com esse modelo. O Conselheiro Josewilson Batista de Souza,
282 Representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – Juazeiro/BA, arrazoou que
283 estão dialogando com muitos municípios através dos conselhos municipais, em que pode se
284 perceber grande dificuldade para realizar apenas reuniões. Questionou qual seria o tipo de
285 assistência dada em uma conferência grandiosa para garantir a participação efetivas das pessoas
286 com deficiência, destacando que é favorável a realização da conferência presencial mesmo que
287 tenha que ser adiada. Seguindo para a discussão sobre o Decreto nº 10.177/2019, o Presidente
288 Marco Antonio Castilho Carneiro solicitou que a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes
289 realizasse uma complementação da discussão já iniciada anteriormente e discorreu que, como
290 encaminhamento, o CONADE precisará responder o processo inserido no sistema, revendo os
291 pontos mais polêmicos destacados quando o decreto foi publicado. Compreendeu que esse papel
292 caberia à CMCLBI com apoio da CAC na perspectiva de apresentar um produto com as possíveis
293 alterações. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes corroborou relatando que o MMFDH traz a
294 inclusão de minuta de decreto dentro do SEI, para tramitação do processo. Com relação à Comissão
295 de Atos Normativos, explanou que foi discutida a possibilidade de criar uma nova comissão de
296 acordo com os incisos do Decreto nº 10.177/2019. A Conselheira Marlúcia Gomes Evaristo
297 Almeida solicitou uma garantia do governo de que as proposições encaminhadas pelo Conselho não
298 demorem e a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes elucidou que a SNDPD pode tramitar com
299 urgência essa questão, porém, não há como garantir essa urgência nas demais instâncias do

300 Ministério. O Conselheiro Antonio Carlos Sestaro agradeceu pelos esclarecimentos e relatou que
301 não há qualquer garantia de prazo ou de revisão do decreto em sua interpretação. O Conselheiro
302 Magno Prado Gama Prates compreendeu que a AMPID não pode ser excluída do processo de
303 participação do CONADE em 2022, ressaltando a necessidade de apoio do Colegiado. Realizada a
304 pausa para o almoço, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro reiniciou os trabalhos,
305 passando ao posicionamento do CONADE quanto à continuidade das reuniões virtuais. O
306 Conselheiro Antonio Carlos Sestaro observou que todos têm ciência do momento vivido em relação
307 à pandemia da Covid-19 e entende a preocupação das reuniões não serem presenciais, tendo em
308 vista que grande parte dos conselheiros está dentro do grupo de risco, porém, discorreu que não
309 podem desconsiderar que esse formato de reunião causa prejuízos à qualidade das discussões e das
310 decisões tomadas. Reiterou a necessidade de revisão da possibilidade de retorno das reuniões
311 presenciais com segurança. A Conselheira Marlúcia Gomes Evaristo Almeida alinhou-se com o
312 posicionamento anterior, explanando que a AMPID apoia o retorno das reuniões presenciais desde
313 que haja segurança e sejam cumpridos todos os protocolos. O Conselheiro Angelo Roberto
314 Gonçalves, Representante do Ministério da Saúde (MS), afirmou que é prudente continuar com as
315 reuniões virtuais nesse momento e o Conselheiro João Adilberto Pereira Xavier salientou que as
316 reuniões presenciais são cansativas e não produtivas e entendeu que esse tipo de reuniões são mais
317 rápidas, impõe a concisão de ideias e são mais baratas, sugerindo mantê-las. O Conselheiro
318 Josewilson Batista de Souza externou a sua preocupação com a falta de previsibilidade de reuniões
319 presenciais e da falta de vacinas, explanando que muitos conselheiros se atrapalham em suas falas
320 pela conexão ruim de *internet*. O Conselheiro Fernando César Thiago de Mello, Representante da
321 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), concordou que há uma
322 perda de qualidade nas reuniões que são realizadas virtualmente, mas reconheceu que a ponderação
323 realizada pelo Conselheiro João Adilberto Pereira Xavier também é proveitosa e merece reflexão no
324 sentido de que as reuniões virtuais possuem uma fluidez melhor. Sugeriu que esse debate fosse
325 realizado no futuro, visto que a situação da pandemia ainda é crítica. Externadas todas as opiniões e
326 manifestações sobre o tema, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro registrou os pesares do
327 CONADE ao falecimento Ex-conselheiro Joiran Medeiros por Covid-19 e informou que é feito um
328 diálogo com o Ministério da Saúde, o MMFDH e os demais conselhos nacionais a cada
329 agendamento de reunião para acompanhar a evolução do retorno presencial. Arrazouou que esse
330 retorno exige medidas sanitárias para congregar 60 pessoas em um mesmo espaço durante o período

331 de três dias e afirmou que o retorno não será possível enquanto não houver toda segurança sanitária.
332 Salientou que as reuniões virtuais trazem um grande prejuízo para as pessoas com deficiência, mas
333 registrou que, em sua concepção, haverá maiores prejuízos se colocarem a vida de pessoas em risco
334 nesse momento. Acolheu o encaminhamento de realizar a revisão da possibilidade de retorno das
335 reuniões presenciais e postulou que o retorno das reuniões ordinárias de forma virtual, como
336 proposto pelo Conselheiro Moisés Bauer Luiz, significa três dias consecutivos de reuniões,
337 questionando as pessoas com deficiência se essa possibilidade seria possível. A Sra. Liliane Cristina
338 Gonçalves Bernardes compreendeu, talvez, a reunião ordinária não precise acontecer durante três
339 dias consecutivos, sugerindo que as reuniões das comissões fossem realizadas em datas separadas
340 do plenário. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz reiterou a sua proposta e referendou a proposta
341 colocada pela Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes. Diante as manifestações, o Presidente
342 Marco Antonio Castilho Carneiro propôs não votar o calendário de reuniões 2021 nessa reunião e
343 realizar uma reunião da Presidência Ampliada para apreciar sobre essa pauta a fim de que seja
344 apresentada uma proposta na reunião de março/2021 com as possibilidades trazidas até que tenham
345 segurança para o retorno das reuniões presenciais, o que foi aprovado. A Sra. Izana Aparecida
346 Barbosa Figueira informou que está enviando *e-mail* para todos os membros de cada comissão
347 marcando a reunião de definição dos coordenadores para o dia 19 de fevereiro. Prosseguindo ao
348 relato preliminar dos trabalhos da Comissão Temática do Passe Livre Federal, o Presidente Marco
349 Antonio Castilho Carneiro apresentou uma breve contextualização dos trabalhos realizados,
350 passando a palavra ao Conselheiro João Adilberto Pereira Xavier, que realizou a leitura do
351 Relatório Sumário da Comissão para Análise de Proposta de Decreto, que dispõe sobre as
352 gratuidades de que trata dos serviços executivos de transporte regular rodoviário coletivo
353 interestadual de passageiros, proposto pelo Ministério da Infraestrutura. Sugeriu que o relatório
354 apresentado fosse assumido pelo CONADE e anexado ao processo que se encontra no MMFDH. O
355 Conselheiro Ênio Soares Dias, Representante do Ministério da Infraestrutura (MINFRA),
356 complementou discorrendo que ficou consignado nas discussões da Comissão o entendimento
357 referente à convergência das políticas envolvidas na proposta e arrazoou que a proposta de decreto
358 cria duas vagas gratuitas por viagem no transporte executivo, o que representa quase 1.500.000
359 vagas por ano segundo levantamento feito pelas áreas técnicas do MINFRA. Sugeriu que as dúvidas
360 jurídicas citadas no relatório fossem submetidas à Consultoria Jurídica do MMFDH, tendo em vista
361 que a minuta de decreto foi objeto de análise da Consultoria Jurídica do MINFRA. O Conselheiro

362 João Adilberto Pereira Xavier salientou que, na última discussão realizada com o MINFRA, já
363 existia o indicativo de conceder três vagas e o Conselheiro Ênio Soares Dias explicou que o
364 processo teria que retornar ao MINFRA na eventual aprovação das três vagas, ponderando que a
365 ideia é evitar esse retorno para agilizar o processo. O Sr. Ivaldo Rodrigues Pereira, Coordenador do
366 Movimento Nacional Passe Livre (MNPL), relatou que o MNPL está solicitando duas vagas apenas
367 para as pessoas com deficiência, porém, não podem pleitear essa questão em nome das pessoas
368 idosas e dos jovens de baixa renda. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro lembrou que o
369 MNPL está solicitando no mínimo duas vagas exclusivas para pessoas com deficiência e não apenas
370 duas vagas. O Conselheiro José Naum de Mesquita Chagas compreendeu que é necessário analisar
371 qual melhor cenário para agregar ao direito da pessoa com deficiência e ilustrou que o
372 compartilhamento amplia o número de vagas consideravelmente disponíveis, pois a maioria dos
373 acentos é de ônibus executivos. Salientou que é necessário melhorar o acesso da pessoa com
374 deficiência ao uso desse direito e estipular um monitoramento, sugerindo acatar o encaminhamento
375 de envio das dúvidas jurídicas à Consultoria Jurídica do MMFDH para implementação das duas
376 vagas. O Conselheiro Valdenor Oliveira da Silva salientou que todos os passes livres foram criados
377 por lei, que definiu duas vagas para os jovens de baixa renda e duas vagas para os idosos. Arrazoou
378 que uma lei não pode ser modificada por um decreto, analisando que apenas nessa situação havia a
379 necessidade de quatro vagas gratuitas. Feitas todas as manifestações, o Presidente Marco Antonio
380 Castilho Carneiro entendeu que existem dois encaminhamentos, o primeiro de rejeitar a proposição
381 de duas vagas para os três segmentos, sendo que será reanalisada o entendimento do CONADE pelo
382 MINFRA de duas vagas exclusivas para a pessoa com deficiência e o segundo de acolher a
383 implementação de duas vagas para os três segmentos com monitoramento da sua eficácia, uma vez
384 que a CONJUR/MMFDH terá obrigação de analisar o relatório independentemente da solicitação
385 do CONADE. Colocou os encaminhamentos em votação, sendo aprovada a segunda proposta com
386 15 votos (Robson Crepaldi, Isabela Oliveira Pereira, Felipe Silva Belluci, Giselle Dupin, Patrícia
387 Neves Raposo, Nídia Regina Limeira de Sá, Claudio Luiz Pinheiro da Silva, José Naum de
388 Mesquita Chagas, Adriana Rodrigues Martins, Angelo Roberto Gonçalves, Reislá Josyane de
389 Araújo Costa de Moura Dias, Ana Kathya Silva Henriques, Andrea Oliveira do Nascimento, Ênio
390 Soares Dias, Rodrigo Moreles Canez), 10 votos para a primeira proposta (Roberto Paulo do Vale
391 Tiné, Isaías Dias, Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, Antonio Carlos Sestaro, Josewilson Batista de
392 Souza, João Adilberto Pereira Xavier, Sérgio Diego de França, Valdenor Oliveira da Silva, Marco

393 Antonio Castilho Carneiro, Décio Gomes Santiago) e uma abstenção (Maria do Carmo Tourinho
394 Ribeiro). Registrou que, na última reunião, houve um problema semelhante ao que houve nesse
395 momento de votação, em que não conseguiram visualizar e nem ouvir o voto da Conselheira Nídia
396 Regina Limeira de Sá, porém, posteriormente confirmaram a sua votação no item referente ao
397 Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBr-M) revendo as imagens da reunião
398 transmitida pelo *Youtube*. Diante o horário avançado, sugeriu que a apresentação dos resultados da
399 consultoria sobre o Fórum de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência fosse transferida para
400 a próxima reunião, sendo o primeiro item de pauta, o que foi aprovado. O Sr. Ivaldo Rodrigues
401 Pereira indagou sobre a possibilidade de estabelecer um prazo para o monitoramento da eficácia das
402 duas vagas gratuitas no transporte executivo para os três segmentos e o Presidente Marco Antonio
403 Castilho Carneiro esclareceu que não pode ser estabelecido um prazo nesse momento, uma vez que
404 isso não foi definido no encaminhamento aprovado anteriormente, sugerindo fazer esse indicativo
405 na próxima reunião juntamente com a definição da metodologia do monitoramento. Solicitou ao
406 Conselheiro Antonio Carlos Sestaro que fizesse apenas um resumo das suas preocupações com
407 relação à Portaria nº 457/2021, que instituiu Grupo de Trabalho para realização de Análise Ex Ante
408 da Política Nacional de Direitos Humanos. O Conselheiro Antonio Carlos Sestaro informou que o
409 Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) publicou uma nota sobre a Portaria nº 457/2021
410 alertando do risco da não participação da sociedade civil e da proibição da divulgação das
411 discussões em curso pelos membros do GT antes do encerramento das suas atividades.
412 Compreendeu que, talvez, o CONADE também deveria se manifestar sobre essa portaria. O
413 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro reconheceu que essa portaria causou grande
414 desconforto para os militantes da área dos direitos humanos, seguindo para o encerramento da
415 reunião. **ENCERRAMENTO:** O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro agradeceu a
416 presença de todos, encerrando a 3ª Reunião Extraordinária do CONADE.

417

418

419

420

Marco Antonio Castilho Carneiro

421

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE

422

423

Fevereiro de 2021